LEI N° 1632, DE 10 DE JULHO DE 2002

Súmula: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2003 e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO, a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O orçamento do Município da Lapa, relativo ao exercício financeiro de 2003, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município da Lapa, e ainda ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

I – os ajustes do Plano Plurianual decorrentes da reavaliação da realidade econômica e social do município;

II - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

III - a organização e a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;

V - as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;

VII – as disposições relativas aos orçamentos da fundação e dos fundos;

VIII – as disposições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

IX - as disposições finais.

CAPÍTULO I
DOS AJUSTES NO PLANO PLURIANUAL

Art. 2º - As prioridades e metas da administração municipal, fixadas na presente lei e não constantes da Lei Municipal nº 1598, de 28 de dezembro de 2001 - Plano Plurianual, ficam incorporadas em razão da reavaliação da realidade econômica e social do Município.

Art. 3º - As prioridades e metas da administração municipal foram estabelecidas em consonância com a Lei Municipal nº 1598, de 28 de dezembro de 2001.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 4º - São prioridades da Administração Municipal:

I - incrementar a capacidade de arrecadação do Município e otimizar o uso dos recursos públicos, buscando acréscimo nos investimentos para atender às necessidades essenciais da população;

II - implementar políticas, visando a geração de empregos e a integração com a região metropolitana;

III - estabelecer Projetos Estratégicos do Plano de Governo, dando ênfase para as ações que provoquem maior impacto social;

IV - buscar a plena cidadania, através do atendimento às necessidades da população nas áreas de: saúde, saneamento, educação, esporte, cultura, lazer, habitação, assistência social, agricultura, abastecimento e transporte;

V - fortalecer o exercício da gestão compartilhada entre o Poder Público e a comunidade.

Art. 5º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2003, a serem contemplados na programação orçamentária, estão elencados por programas, conforme o Anexo a que se refere o art. 33, desta lei, que trata da especificação das prioridades e metas para o exercício financeiro de 2003.

§ 1º - Os recursos estimados na lei orçamentária para 2003 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo I desta lei, todavia, não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2003, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 6º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo, operacional e precatórios judiciais, bem como contrapartida de programas financiados e aprovados por lei municipal.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal da Lapa, conforme determina o art. 111, inciso III, da Lei Orgânica do Município da Lapa, constituir-se-á de:

I - texto de lei;

II - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;

III – Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;

IV – Demonstrativo da natureza da despesa;

V – Programa de trabalho do governo;

VI – Programa de trabalho do governo – Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas por projetos, atividades e operações especiais;

VII - Programa de trabalho do governo – Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos;

VIII – Demonstrativo da despesa por órgão e funções;

IX – Demonstrativo da despesa por elemento de despesa, segundo as unidades orçamentárias;

X – Demonstrativo da despesa por categoria de programação, segundo a classificação institucional, funcional programática, por categorias econômicas, com a caracterização dos objetivos, metas e as respectivas fontes de recursos;

XI – Demonstrativo da receita em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000;

XII – Demonstrativo da evolução da despesa realizada por elementos dos dois últimos exercícios, da despesa fixada para o exercício corrente e para os dois exercícios seguintes.

Parágrafo único - Integrarão o Orçamento Fiscal, todos os quadros previstos na Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - O Orçamento Fiscal compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do município, seus órgãos, da fundação e fundos, instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Parágrafo único - O Orçamento Fiscal, compreende ainda, a programação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município da Lapa, instituído pela Administração Pública Municipal.

Art. 9º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - Quadro demonstrativo da receita dos exercícios de 1999, 2000 e 2001, e da receita prevista para 2002, 2003, 2004 e 2005, com a devida justificativa da estimativa para o exercício financeiro de 2003, acompanhado da metodologia e memória de cálculo e das premissas utilizadas;

II – Quadro demonstrativo da despesa ao nível de elemento, referentes aos exercícios financeiros de 1999, 2000 e 2001, e da despesa fixada para o exercício financeiro de 2002 e 2003 e a despesa projetada para 2004 e 2005;

III – Demonstrativo da dívida fundada por contrato, identificando os credores, bem como o saldo em 31/12/01 e os desembolsos previstos para os exercícios financeiros de 2002, 2003, 2004 e 2005;

IV – Demonstrativo da dívida flutuante, identificando as contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa do Projeto de Lei Orçamentária à apreciação do Poder Legislativo;

V – Demonstrativo da composição do ativo financeiro referente ao dia 31 de julho de 2002;

VI – Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 1997 a 2001, relatando as providências adotadas para sua efetiva cobrança;

VII – Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício financeiro de 2003, se houver;

VIII – Demonstrativo das receitas correntes líquidas dos exercícios de 2000, 2001 e da projeção para os exercícios de 2002, 2003 e 2004;

IX – Demonstrativo das despesas com pessoal dos exercícios de 2000 e 2001 e da projeção para 2002, 2003 e 2004, discriminando o percentual de comprometimento em razão da receita corrente líquida;

X – Demonstrativo das despesas com serviços de terceiros dos exercícios de 2000 e 2001 e da projeção para 2002 e 2003, discriminando o percentual de comprometimento em razão da receita corrente líquida;

XI – Demonstrativo dos contratos de terceirização de mão-de-obra, referente à substituição de servidores sujeitos a contabilização em “outras despesas de pessoal”;

XII – Demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua evolução nos exercícios de 2000, 2001, 2002 e 2003;

XIII – Demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e a respectiva programação de aplicação referentes aos exercícios de 2000, 2001 e da projeção para 2002 e 2003;

XIV - Demonstrativo dos recursos destinados à saúde e a respectiva programação de aplicação, referentes aos exercícios de 2000, 2001 e da projeção para 2002 e 2003;

XV - Demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento do exercício de 2003, com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais;

XVI – Demonstrativo das medidas de compensação de renúncia de receita e/ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se houver;

XVII – Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 - O projeto de lei orçamentária será apresentado com valores correntes estimados até o mês de dezembro de 2002, com base na previsão do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier substituí-lo.

Art. 11 - No decorrer da execução orçamentária, os quantitativos orçamentários poderão ser atualizados mensalmente, por ato do Poder Executivo, tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier substituí-lo.

Parágrafo Único - No caso de extinção e sem substituição do índice expresso no caput deste artigo, o Poder Executivo adotará o índice que tiver base de cálculo mais próxima desse.

Art. 12 - O estudo para definição do orçamento da receita para o exercício financeiro de 2003, observará as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a expectativa de inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 13 - A Despesa será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida;

III - contrapartida das Operações de Crédito;

IV - recursos para projetos iniciados em anos anteriores.

Parágrafo único - Somente após atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 14 - Somente serão destinados recursos através do projeto de lei orçamentária, a título de subvenção social, às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social, para atender despesas de custeio, conforme dispõe o art. 12, § 3º, e arts. 16 e 17, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 15 - As despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, observarão o limite mínimo fixado no artigo 212, da Constituição Federal do Brasil.

Art. 16 - As despesas com ações e serviços públicos de saúde, observarão o limite mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 17 - O orçamento da administração direta, obrigatoriamente deverá destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispõe o art. 100, da Constituição Federal.

Art. 18 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo, deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Poder Executivo até 10 de agosto de 2002.

Art. 19 - O Poder Executivo Municipal elaborará em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação de desembolso mensal para cada uma das unidades orçamentárias.

Art. 20 - Os projetos, atividades e programas com dotações vinculadas a recursos de convênios e de operações de crédito, somente serão executados havendo o efetivo ingresso da correspondente receita transferida.

Art. 21 - Na fixação das despesas de capital, visando a criação, expansão ou aperfeiçoamento dos serviços já criados e implantados, serão consideradas as prioridades e metas estabelecidas nesta lei.

Art. 22 - Para efeito de compatibilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias com o a Lei Municipal nº 1598, de 28 de dezembro de 2001 - Plano Plurianual, serão consideradas as prioridades e metas constantes da presente lei.

Art. 23 - Não será admitido aumento do valor global dos projetos de lei de orçamento e de créditos adicionais, em observância ao disposto no inciso I do art. 63, combinados com § 3º do art. 166, ambos da Constituição Federal.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se ao disposto na Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, na Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998 e na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 25 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alterações e adaptações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração municipal, poderão ser levadas a efeito para o exercício financeiro de 2003, observados os limites estabelecidos no artigo anterior, e as disposições contidas no inc. II, art. 37, da Constituição Federal.

Art. 26 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como outras despesas de pessoal, no sub-elemento de despesa Serviços de Terceiros e Encargos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos e Salários da Administração Municipal da Lapa, e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 27 - As fontes de receitas municipais serão objeto de revisão e atualização, para adequação a fatores de ordem conjuntural e social que impliquem na captação de recursos.

Art. 28 - Acréscimos provocados por alterações na legislação tributária após 31 de agosto de 2002, serão apropriados ao orçamento do ano 2003 e poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 29 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 30 - O Poder Executivo, autorizado por lei específica, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo nestes casos, serem considerados seus efeitos nos cálculos da receita, e devendo apresentar estudos do seu impacto orçamentário e financeiro.

Art. 31 - O Município poderá, por iniciativa do Poder Executivo, encaminhar projetos de lei, no corrente exercício, no sentido de criar, rever e atualizar a Legislação Tributária para 2003, objetivando a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade.

CAPÍTULO VII
AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO E DOS FUNDOS

Art. 32 - A Fundação e os Fundos instituídos e mantidos pelo Município da Lapa, terão a gestão orçamentária, contábil e financeira centralizada junto à contabilidade do Município, tendo funcionamento orçamentário e contábil atrelado às Secretarias a que estejam vinculados, nos termos da Lei Municipal nº 1604, de 14 de Março de 2002.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 33 - O Anexo de Metas Fiscais estabelecerá:

I – Anexo de Prioridades e Metas para o exercício de 2003, – Anexo I;

II – Evolução da receita por fontes em 2000, 2001 e 2002 e as metas de arrecadação para 2003, 2004 e 2005 - Anexo II;

III – Evolução da despesa por elemento de gasto em 2001 e 2002 e as metas para 2003, 2004 e 2005 – Anexo III;

IV - Metas relativas ao resultado primário e nominal do Município para o período de 2003 a 2005 – Anexo IV;

V - Metas relativas ao montante da dívida do Município para o período de 2003 a 2005 – Anexo V.

VI – avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior – Anexo VI.

Art. 34 - Durante a execução do orçamento no exercício financeiro de 2003, se verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas respectivas dotações orçamentárias, promoverão, por ato próprio a limitação de empenho e movimentação financeira no montante necessário à adequação da despesa a receita efetiva.

Parágrafo único. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, atingirá as seguintes despesas:

I – eliminação de vantagens concedidas aos servidores;

II – redução de 15% dos gastos com despesas de custeio e manutenção, exceto as despesas de pessoal e seus encargos;

III – redução dos investimentos programados.

Art. 35 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício financeiro de 2003, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro de 2002.

Art. 36 - O orçamento para o exercício financeiro de 2003, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, de até 5% (cinco por cento) do total da receita corrente líquida prevista.

Art. 37 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município da Lapa, aquelas constantes do Anexo VII.

§ 1º – O passivo contingente e os riscos e eventos fiscais imprevistos, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência.

§ 2º – Sendo a reserva de contingência insuficiente, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo a anulação total ou parcial de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

§ 3º - Os eventos fiscais imprevistos, se referem às despesas diretamente relacionadas ao custeio e manutenção dos serviços da Administração Municipal, orçadas a menor ou não orçadas.

Art. 38 - São consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de novas ações governamentais, cujo impacto orçamentário-financeiro não ultrapasse o valor dispensável de licitação, fixado no inciso I, do art. 24 da Lei Federal n.º 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 39 - As despesas de custeio de competência de outros entes da Federação somente serão assumidas pela Administração Municipal, quando estabelecidas através de convênios, acordos ou congênere.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8°, da Constituição Federal.

Art. 41 - Cabe à Secretaria Municipal de Finanças, a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretária Municipal de Finanças expedirá norma, dispondo sobre:

I - o calendário de atividades para elaboração dos orçamentos;

II - elaboração e distribuição dos quadros que compõem as propostas parciais do orçamento anual dos Poderes Executivo e Legislativo;

III - instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos, de que trata esta lei.

Art. 42 - Os recursos provenientes de convênios, repassados pelo município, deverão ter sua aplicação comprovada através da prestação de contas.

Art. 43 - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas orçamentário, financeiro e de contabilidade, pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 44 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado para sanção do Prefeito até o primeiro dia de janeiro do ano 2003, a programação constante do projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no “caput” deste artigo, podendo realizar gastos em sua totalidade, as despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à dívida pública municipal.

Art. 45 - O Poder Executivo, em ação conjunta com o Poder Legislativo, poderá implementar alterações de ordem legislativa que estimulem a geração de empregos e renda ao município.

Art. 46 - O Poder Executivo fica autorizado a realizar obras de infra-estrutura, visando incentivar a instalação de empreendimentos comerciais, industriais e de serviços, no Município.

Art. 47 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 10 de Julho de 2002

Paulo César Fiates Furiati
Prefeito Municipal

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002

ANEXO DE METAS FISCAIS - LDO DE 2003

ANEXO II - EVOLUÇÃO DA RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E METAS PARA 2003/2004/2005

VALORES EM R$ 1,00

Especificação	2000	2001	Programada para 2002	Meta para 2003	Meta para 2004	Meta para 2005
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**16.429.941,16**	**16.945.705,17**	**18.545.250,00**	**20.617.159,75**	**21.546.172,05**	**22.545.424,20**
RECEITAS CORRENTES	**15.245.760,23**	**16.715.960,15**	**19.379.900,00**	**21.262.044,00**	**22.218.826,00**	**23.218.674,00**
Receita Tributária	**1.181.703,28**	**1.230.256,85**	**1.720.000,00**	**2.697.399,00**	**2.818.779,00**	**2.945.624,00**
Impostos	865.800,91	834.216,89	1.295.000,00	2.253.275,00	2.354.671,00	2.460.631,00
IPTU	370.570,35	292.639,01	500.000,00	522.500,00	546.012,00	570.582,00
ITBI	213.388,43	185.760,38	235.000,00	245.575,00	256.625,00	268.174,00
ISQN	281.842,13	355.817,50	360.000,00	1.276.200,00	1.333.629,00	1.393.642,00
Retido nas Fontes			200.000,00	209.000,00	218.405,00	228.233,00
Taxas	315.902,37	396.039,96	425.000,00	444.124,00	464.108,00	484.993,00
Taxa pelo Exercicio do Poder de Policia	90.703,43	112.689,10	147.500,00	154.137,00	161.073,00	168.321,00
Taxas Pela Prestação de Serviços	214.268,84	227.803,23	210.500,00	219.972,00	229.870,00	240.214,00
Taxas Diversas						
Contribuições de Melhoria	10.930,10	55.547,63	67.000,00	70.015,00	73.165,00	76.458,00
Receita de Contribuições	365.775,53	408.816,49	-			
Receita Patrimonial	**247.977,36**	**467.339,89**	**371.500,00**	**388.217,00**	**405.686,00**	**423.942,00**
Receita Patrimonial	247.977,36	467.339,89	371.500,00	388.217,00	405.686,00	423.942,00
Transferências Correntes	**11.989.484,33**	**13.989.555,93**	**16.896.400,00**	**17.656.738,00**	**18.451.2[illegible]6,00**	**19.281.596,00**
Trânsferências da União	7.868.955,79	9.236.955,96	10.918.400,00	11.409.728,00	11.923.163,00	12.459.706,00
Cota Parte do FPM	3.418.749,57	4.367.277,15	5.693.000,00	5.949.185,00	6.216.898,00	6.496.658,00
Transferência do IRRF	168.804,54	218.577,13				
Cota Parte do ITR	78.612,92	73.537,73	20.000,00	20.900,00	21.840,00	22.823,00
Lei Complementar 87/96	307.217,14	296.816,64	350.000,00	365.750,00	382.208,00	399.408,00
Transferências Fundef	2.502.763,62	2.673.574,32	2.750.400,00	2.874.168,00	3.003.505,00	3.138.663,00
Outras Tranferências da União	1.392.808,00	1.607.172,99	2.105.000,00	2.199.725,00	2.298.712,00	2.402.154,00
Transferências do Estado	4.120.528,54	4.752.599,97	5.978.000,00	6.247.010,00	6.528.123,00	6.821.890,00
Participação no ICMS	3.428.476,81	4.044.826,33	5.113.000,00	5.343.085,00	5.583.523,00	5.834.782,00
Participação no IPVA	390.341,89	377.319,18	550.000,00	574.750,00	600.613,00	627.641,00
Outras Transferências do Estado	167.885,63	184.844,36	140.000,00	146.300,00	152.883,00	159.763,00
Participação ICMS Fdo Export	133.824,21	145.610,10	175.000,00	182.875,00	191.104,00	199.704,00
Outras Receitas Correntes	**1.460.819,73**	**619.990,99**	**392.000,00**	**519.690,00**	**543.075,00**	**567.512,00**
Multas e Juros de Mora	25.806,62	11.941,42	20.000,00	20.900,00	21.840,00	22.823,00
Indenizações e Restituições	15.358,69	6.366,34	12.000,00	12.540,00	13.104,00	13.693,00
Receita da Divida Ativa	81.154,63	117.039,06	110.000,00	225.000,00	235.125,00	245.705,00
Outras Receitas	1.338.499,79	484.644,17	250.000,00	261.250,00	273.006,00	285.291,00
RECEITAS DE CAPITAL	**1.184.180,93**	**229.745,02**	**865.000,00**	**1.131.250,00**	**1.183.406,00**	**1.266.333,00**
Operações de Crédito	793.711,80	26.972,84	500.000,00	750.000,00	785.000,00	850.000,00
Alienação de Bens	108.418,97		105.000,00	110.000,00	114.950,00	120.122,00
Transferências da União	131.154,64	175.062,28	210.000,00	219.000,00	228.855,00	239.153,00
Transferências do Estado	150.895,52	27.709,90	50.000,00	52.250,00	54.601,00	57.058,00
Outras Receitas de Capital						
Contas Retificadoras			1.699.650,00	1.778.134,25	1.858.050,95	[illegible]

LEI Nº 1632, DE 10.07.02

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DA DESPESA E METAS PARA 2003 / 2005

Valores em Reais

Código	Especificação	Realizado 2000	Realizado 2001	Estimado 2002	Meta 2003	Meta 2004	Meta 2005
3.0.0.0.0	**Despesas Correntes**	13.692.294,93	14.555.017,60	14.779.250,00	16.681.689,75	18.433.606,05	18.247.795,20
3.1.0.0.0	Pessoal e Encargos Sociais	6.704.282,93	8.210.288,34	6.976.250,00	8.527.554,75	8.911.294,71	9.312.302,97
3.2.0.0.0	Juros e Encargos da Dívida	96.825,57	131.364,42	275.000,00	287.375,00	300.306,00	344.794,23
3.3.0.0.0	Outras Despesas Correntes	6.891.186,43	6.213.344,84	7.528.000,00	7.866.760,00	9.222.007,34	8.590.698,00
4.0.0.0.0	**Depesas de Capital**	1.884.293,31	1.140.919,01	3.766.000,00	3.935.470,00	3.112.564,00	4.297.629,00
4.4.0.0.0	Investimentos	1.707.751,07	809.130,15	2.976.000,00	3.109.920,00	2.249.866,00	3.396.110,00
4.5.0.0.0	Inversões Financeiras		20.000,00	140.000,00	146.300,00	152.883,00	159.762,00
4.6.0.0.0	Amortização da Dívida	176.542,24	311.788,86	350.000,00	365.750,00	382.208,00	399.408,00
9.9.9.9.9	Reserva Contigência			300.000,00	313.500,00	327.607,00	342.349,00
TOTAL DA DESPESA		15.576.588,24	15.696.936,61	18.545.250,00	20.617.159,75	21.546.172,05	22.545.424,20

LEI Nº 1632. DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003
RECEITAS POR FONTES - 2001
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR

RECEITA POR FONTES - 2001

Valores em Reais

Especificação	Prevista 2001	Realizada 2001	Diferenças
Receitas Correntes	**15.690.000,00**	**16.715.960,15**	**1.025.960,15**
Receita Tributária	1.586.000,00	1.230.256,85	-355.743,15
Receitas de Contribuições	220.000,00	408.816,49	188.816,49
Receita Patrimonial	340.000,00	467.339,89	127.339,89
Transferências Correntes	13.021.250,00	13.989.555,93	968.305,93
Outras Receitas Correntes	522.750,00	619.990,99	97.240,99
Receitas de Capital	**1.100.000,00**	**229.745,02**	**-870.254,98**
Operações de Crédito	700.000,00	26.972,84	-673.027,16
Alienação de Bens	160.000,00	0,00	-160.000,00
Transferências de Capital	230.000,00	202.772,18	-27.227,82
Outras Receitas de Capital	10.000,00	0,00	-10.000,00
TOTAIS	**16.790.000,00**	**16.945.705,17**	

DESPESA POR ELEMENTOS - 2001

Valores em Reais

Especificação	Orçado 2001	Empenhado 2001	Diferenças
Despesas Correntes	**13.792.500,00**	**14.555.017,60**	**762.517,60**
Pessoal e Encargos Sociais	7.551.700,00	8.210.288,34	658.588,34
Juros da Dívida Pública	115.000,00	131.384,42	16.384,42
Outras Despesas Correntes	6.125.800,00	6.213.344,84	87.544,84
Despesas de Capital	**2.497.500,00**	**1.140.919,01**	**-1.356.580,99**
Investimentos	2.177.500,00	809.130,15	-1.368.369,85
Inversões Financeiras	110.000,00	20.000,00	-90.000,00
Amortização da Dívida	210.000,00	311.788,86	101.788,86
Reserva Contigência	500.000,00	0,00	-500.000,00
TOTAIS	**16.790.000,00**	**15.695.936,61**	

RESUMO

Valores em Reais

Especificação	previsão	realização	Resultado Receita / Despesa
Receita	**16.790.000,00**	**16.945.705,17**	
Despesa	**16.790.000,00**	**15.695.936,61**	**1.249.768,56**

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003

METAS RELATIVAS AO MONTANTE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

Valores em Reais

ESPECIFICAÇÃO	Situação dezembro 2001	Programada para Final de 2002	Meta para Final de 2003	Meta para Final de 2004	Meta para Final de 2005
Passivo Financeiro - Total	**2.238.313,25**	**1.950.000.00**	**1.850.000.00**	**1.800.000.00**	**1.750.000.00**
Divida Fundada Interna - Total	2.313.451,33	2.700.000.00	2.650.000.00	2.600.000.00	2.550.000.00

LEI Nº 1632, DE 10.07.02

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003

ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS RELATIVAS AO
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL - 2003/2005

Valores em Reais

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO 2001	PROGRAMADA 2002	META 2003	META 2004	META 2005
RESULTADO PRIMÁRIO	-630.000,00	-661.875,00	-780.798,00	-680.000,00	-620.000,00
RESULTADO NOMINAL	800.000,00	700.000,00	600.000,00	500.000,00	450.000,00

LEI N° 1632, DE 10.07.2002

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003

Anexo VI - Anexo de Riscos Fiscais

Lei Complementar n° 101/2000 - Art. 4°, § 3°

Avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas no exercicio financeiro de 2003.

A atual administração, preocupada com o equilíbrio das contas públicas, elabora a Lei de Diretrizes Orçamentárias, obedecendo os princípios contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, deixando o benefício de elaborar o anexo de metas e o anexo de riscos fiscais, a partir do quinto exercicio seguinte ao da publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, por entender que sem o devido planejamento e programação, não há como alcançar o equilíbrio das contas públicas. A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não se resume a prever as receitas e fixar os gastos, e que estes sejam compatíveis entre si, mas estende-se ao exercício de identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas no momento da elaboração orçamentária.

Esses riscos podem ser classificados em duas categorias: os passivos contingentes e outros riscos orçamentários capazes de afetar as contas públicas. Os passivos contingentes são representados por ações condenatórias que podem reverter em desembolso financeiro por parte do Município, enquanto que os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de ocorrência de calamidades públicas, além de que as receitas e despesas previstas podem não se concretizarem, isto é, de existir desvios entre as receitas prevista e as despesas orçadas. Parte da arrecadação pode ser frustrada, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária. Algumas despesas também variam em função do nível da atividade econômica.

Para compensar essas variações em relação às projeções, a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 9°, estabeleceu a reavaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira às metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, culminando com a limitação de empenho e movimentação financeira.

I – Passivos Contingentes

Levantamentos efetuados pela Procuradoria Geral do Município, demonstram que ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro por parte do Município, no decorrer do exercício de 2003:

- Possibilidade de Execução de Sentença em Ação Cível tramitando perante Vara Cível no valor aproximado de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

II – Outros Riscos

Tendo em vista as ocorrências em exercícios anteriores, a Administração entende que as situações a seguir elencadas podem vir a se traduzir em desembolso financeiro por parte do Município, no decorrer do exercício de 2003.

Despesas Orçadas a Menor ou Não Orçadas

Os eventos fiscais imprevistos, se referem às despesas diretamente relacionadas ao custeio e manutenção dos serviços da Administração, orçadas a menor ou não orçadas, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Origem e Caracteristicas do Risco

- Enchentes provocadas pelo transbordamento de Rios
- Estragos na agricultura provocadas pelas Geadas
- Outros eventos imprevistos que causem situação de calamidade pública, assim entendida pela Defesa Civil

Período Provável do Desembolso

Enchentes

- Ano todo em função de chuvas

Geadas

- Periodo de intenso inverno

Valor Estimado a Ser Desembolsado

- Valores variáveis em função da dimensão dos estragos provocados pelos eventos previstos.

IV – Providências a Serem Adotadas

Com referência aos Passivos Contingentes, conforme estabelecido no item I, a Administração Municipal através da Procuradoria Geral do Município:

- esgotará todas as instâncias judiciais e todas as possibilidades de acordo com o credor;
- Manterá controle sobre o andamentos dos processos, comunicando a área financeira sobre os valores a serem liberados para a liquidação do débito, com a utilização da Reserva de Contingência.

Não havendo saldo suficiente de dotações orçamentárias para cobrir os empenhos decorrentes das despesas referentes a Outros Riscos, conforme estabelecido no item II, e não havendo saldo na Reserva de Contingência, a Administração Municipal utilizará recursos das dotações orçamentárias relativas as despesas de novos investimentos.

Lapa, 10 de Julho de 2002.

PAULO CÉSAR FIATES FURIATI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N° 1632, DE 10.07.2002

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003

Metodologia de Cálculo da Receita e da Despesa

Da Receita

Na estimativa da receita para 2003, 2004 e 2005, para cada item de receita foi considerado a receita efetivamente arrecada no exercício de 2001 e exercícios anteriores, o comportamento da receita em 2002, e ainda as seguintes premissas:

- Instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do Município, cumprindo o requisito essencial na responsabilidade fiscal conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Crescimento vegetativo de aproximadamente 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), tomando-se por base a evolução da receita nos períodos anteriores, incluindo a expectativa de inflação com média anual de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento);

- Incremento na receita tributária para 2003, em relação ao exercício financeiro de 2001 e 2002, através de novas ações de fiscalização e principalmente através da instituição da justiça tributária;

- Incremento da receita tributária para 2003, em relação ao exercício financeiro de 2002, tendo em vista a instituição legal, previsão e arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a partir de 2003, originados da cobrança do pedágio a ser efetivado na BR 476 e PR 427.

- Incremento na arrecadação da dívida ativa através de ações relacionadas com a sua efetiva cobrança;

- Na estimativa da receita total para o exercício financeiro de 2003 e seguintes, não foram considerados os valores destinados à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, considerando-se que não haverá renúncia de receita.

Da Despesa

Na fixação da despesa para os exercícios financeiros de 2003, 2004 e 2005, foi considerada a despesa realizada em exercícios anteriores e ainda as seguintes premissas:

- As despesas de pessoal e seus encargos sociais foram orçadas observando-se o limite legal imposto pela legislação pertinente;

- Para o exercício de 2003, assim como nos exercícios anteriores, as despesas de manutenção, têm peso na alocação de recursos, em função da necessidade de manter os equipamentos urbanos já existentes, dando preferência as ações de preservação dos bens móveis e imóveis já incorporados ao patrimônio, visando o cumprimento aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à preservação do patrimônio público;

- Buscando expandir a ação governamental no pleno atendimento aos anseios da população do Município da Lapa, a administração municipal não tem olvidado esforços no sentido de ampliar o total da despesa com investimentos;

- Para prestar suporte aos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, o orçamento municipal destinará recursos a título de Reserva de Contingência.

Lapa, 10 de Julho de 2002.

PAULO CÉSAR FIALHO FURIATI
PREFEITO MUNICIPAL

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 031 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0000 - Programas com Encargos Especiais	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Atender aos compromissos de amortização, de juros e comissões e outros encargos, decorrentes de empréstimos e financiamentos da dívida Pública, encargos com os precatórios requisitórios, reclamações de natureza trabalhista e cível, contribuir na forma da lei para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e outros encargos especiais que constituem obrigações da Administração Pública Municipal.**		
- Controlar os compromissos financeiros oriundos das contratações de operações de crédito	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Realizar o cálculo para recolhimento dos valores devidos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Controlar os pagamentos dos precatórios requisitórios	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Controlar os pagamentos das indenizações de natureza alimentícia e cível	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Controlar os compromissos financeiros nos pagamentos devidos ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Controlar os compromissos financeiros nos pagamentos devidos ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município da Lapa	atividades administrativas e financeiras	não mensurável

Programa: 0001 – Programa do Processo Legislativo	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver as ações do Poder Legislativo Municipal com vistas à defesa do Estado, da Ordem Econômica e Social, dos Costumes, da Família, das Pessoas e dos Bens, através do devido Processo Legislativo**		
- Deliberar sob forma de projetos de leis, sobre as matérias de competência do Município	atividades legislativas	não mensurável
- Apreciar e votar as contas do Município	atividades legislativas	não mensurável
- Promover a capacitação de recursos humanos	servidores treinados / unidade	05
- Manter os serviços de suas atividades internas	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Prestar assessoria jurídica nas atividades de sua competência	atividades legislativas	não mensurável
- Manter atualizado os registros da Legislação Municipal. Estadual e Federal	sistema de legislativo atualizado / sistema	01
- Manter atualizado a documentação das atividades parlamentares	atividades legislativas	não mensurável
- Adquirir equipamentos de informática	hardware adquiridos / unidade	05
- Adquirir mobiliário	gabinetes mobiliados / unidade	13
- Adquirir materiais e demais equipamentos	materiais e equipamentos adquiridos / unidade	diversos
- Ampliar e melhorar a qualidade dos serviços e do atendimento prestado à população por Vereadores e Funcionários	atividades legislativas	não mensurável
- Promover estudos e medidas necessárias para a ampliação e/ou mudança de espaço físico do Poder Legislativo, com possibilidade de aluguel temporário ou aquisição/construção de nova sede, bem como as necessárias instalações	atividades administrativas, legislativas, financeiras e de contratação de serviços de projetos	não mensurável

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0002 – Programa do Processo Judiciário	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações na defesa e acompanhamento dos interesses do Poder Público no processo judiciário a cargo da Procuradoria Geral do Municipio.**		
- Defender os interesses do Município, assessorando juridicamente os orgãos da Administração Municipal	atividades administrativas	não mensurável
- Analisar, ajuizar e defender ações judiciais, emitindo pareceres juridicos	atividades administrativas	não mensurável
- Proceder à inscrição e cobrança da dívida ativa do Município	atividades administrativas, juridicas e financeiras	não mensurável
- Acompanhar ações de desapropriações judiciais e extra-judiciais	atividades administrativas, juridicas e financeiras	não mensurável
- Proceder às desapropriações necessárias para revitalização do Parque do Monge	atividades administrativas, juridicas e financeiras	não mensurável
- Acompanhar os processos administrativos	atividades administrativas	não mensurável
- Promover a cobrança judicial da dívida ativa	atividades administrativas, juridicas e financeiras	não mensurável
- Promover assistência juridica às pessoas carentes	pessoas assistidas / unidade	200
- Instaurar processos administrativos disciplinares	processos instaurados / unidade	20

Programa: 0003 – Programa de Planejamento Governamental	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações relacionadas à formulação, aprovação, execução, avaliação de resultados, de planos e programas de natureza social, econômica, financeira e administrativa; controle de gestão financeira da Prefeitura Municipal, visando a otimização e eficiência no desempenho do mecanismo de obtenção de recursos e de execução da despesa pública, buscando satisfazer os requisitos essenciais da Responsabilidade na Gestão Fiscal.**		
- Elaborar relatórios exigidos pela Lei Complementar nº 101/00	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Estruturar o sistema de Controle Interno	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Participar de cursos, seminários, palestras, treinamentos sobre Gestão Fiscal Responsável	servidores treinados / unidade	10
- Desenvolver sistemas de controles orçamentários e financeiros	controles implantados / sistema	01
- Analisar e avaliar a execução orçamentária	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Analisar e avaliar o balanço geral do Município	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Estabelecer canal de comunicação entre as ações da municipalidade e a comunidade	ações da gestão compartilhada / reuniões	diversas
- Realizar audiências públicas na fase de elaboração dos instrumentos orçamentários	transparência fiscal	diversas
- Demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas em documentos orçamentários, através de audiências publicas	transparência fiscal	diversas
- Dar cumprimento ao Estatuto das Cidades, através de consulta popular	gestão transparente	diversas

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 033 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0004 – Programa de Apoio Administrativo	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações visando a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais de caráter administrativo, exercidas continuamente que garantem o apoio necessário à execução dos diversos programas desenvolvidos pela Prefeitura Municipal.**		
- Ampliar o sistema integrado de informações	atividades administrativas	não mensurável
- Adquirir equipamentos de informática - hardware	hardware adquiridos / unidade	05
- Adquirir programas de informática – software	programas adquiridos / unidade	05
- Efetuar o controle dos equipamentos de telemática, sistemas e programas de informática e usuários de informática	controle de sistemas de informática / sistema	01
- Definir e controlar as rotinas de segurança na área de informática	informática segura / sistema	01
- Proceder melhorias no sistema telefônico da prefeitura	comunicação interna/externa otimizada / sistema	01
- Implantar sistema visando economia de energia elétrica	energia economizada / sistema	01
- Proceder melhorias nos serviços de reprografia	reprografia melhorada / sistema	01
- Proceder à descentralização da administração, através de abertura de novos postos de atendimento ao público	munícipe atendido / unidade	4.000
- Adquirir veículos automotores para a fiscalização tributária	veículos adquiridos / unidade	02
- Desenvolver ações para aumento da arrecadação tributária	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Realizar a limpeza e conservação dos próprios municipais	edifícios asseados / unidade	10
- Manter a segurança física dos próprios municipais	segurança mantida / edifícios	10
- Coordenar os serviços de protocolo, arquivo e correspondência da Prefeitura	atividades administrativas	não mensurável
- Realizar concursos públicos nas diversas áreas de atuação do Município	admissão de pessoal / unidade	20
- Proceder a readequação da estrutura de carreiras	plano de carreiras readequado / unidade	01
- Manter o registro, controle e baixas dos bens móveis	atividades administrativas	não mensurável
- Manter o registro e controle dos bens imóveis	atividades administrativas	não mensurável

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0005 – Programa de Conservação e Manutenção de Próprios Municipais	Produto / Unidade de Medida	Meta
- Desenvolver ações visando a adequação, conservação e manutenção dos prédios públicos.		
- Executar obras e reformas e adequações no Gabinete do Prefeito	edifício reformado / m²	150
- Proceder à pintura do Prédio Central	prédio restaurado / m²	200
- Executar obras de recuperação nas diversas Secretarias	prédios restaurados / m²	300
- Revitalizar os jardins do Prédio Central	jardins revitalizados / m²	500
- Readequar as instalações dos Setores da Administração	readequação física procedida / m²	450
- Construir próprios municipais para melhorar o atendimento aos Munícipes	prédio público construído / m²	150
- Ampliar e reformar próprios municipais	prédios públicos readequados / m²	200

Programa: 0006 – Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações de treinamento dos recursos humanos, visando a profissionalização dos servidores públicos municipais, para o melhor atendimento aos Munícipes.**		
- Proceder à modernização das ações administrativas, através de cursos, treinamentos e seminários de aperfeiçoamento	servidores aperfeiçoados / unidade	400
- Desenvolver programas de capacitação profissional para as diversas áreas de atuação do Município	servidores capacitados / unidade	100
- Viabilizar a participação de servidores em cursos e palestras específicos na área de licitações, almoxarifado, compras e arquivo	servidores treinados / unidade	50
- Valorizar o servidor público municipal	servidores valorizados / unidade	15
- Fornecer condições para formação intelectual e profissional dos servidores	servidores valorizados / unidade	20
- Oferecer oportunidade de continuidade de estudos aos servidores	convênios firmados / unidade	04
- Estabelecer convênios com entidades de formação profissional, visando a especialização do servidor	servidores valorizados / unidade	100
- Desenvolver campanhas de valorização dos servidores	munícipe atendido / unidade	5.000
- Reorganizar os serviços e órgãos da administração pública, visando excelência no atendimento ao munícipe		

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 035 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0007 – Programa de Alistamento Militar	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Prestar apoio ao Estado Maior das Forças Armadas do Brasil – Ministério do Exército, através de atividades de alistamento militar na Junta de Serviço Militar.**		
- Manter em funcionamento a Junta de Serviço Militar	atividades administrativas	não mensurável
- Realizar o alistamento militar	jovens alistados / unidade	200
- Emitir certificados de cumprimento do Serviço Militar	certificados emitidos / unidade	300
- Prestar informações sobre o serviço militar	pessoas informadas / unidade	500

Programa: 0008 – Programa de Apoio às Ações de Segurança Pública	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver apoio às ações de segurança pública, levadas a efeito pela Polícia Militar e Polícia Civil, através de convênio firmado com fim específico, conforme determina o art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.**		
- Manter os convênios na área de segurança, para preservação da ordem pública e a propriedade privada, através do policiamento ostensivo	convênios firmados	diversos
- Prestar apoio às ações da Polícia Civil e Militar	apoio às ações de segurança	diversas
- Fornecer serviços, materiais e equipamentos para apoio às ações na área de segurança	atividades administrativas	Não mensurável
- Viabilizar a instituição da Corporação do Corpo de Bombeiros na cidade da Lapa	instalação do corpo de bombeiros / unidade	01

Programas: 0009 – Programa de Ação Social 0010 – Programa de Assistência à Infância e Adolescência	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver programas e ações voltadas para o bem estar social do homem, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e/ou evitar desequilíbrios sociais.**		
- Atender à Pessoa Idosa e dar atenção a pessoa portadora de deficiência	idosos e pes. deficientes atendidas / unidade	300
- Adquirir equipamentos para área de ação social	área social equipada / unidade	05
- Proporcionar atendimento às vítimas de calamidade pública	pessoas atendidas / unidade	3.000
- Promover cursos de capacitação de trabalhos manuais, artesanais e/ou profissionalizantes	pessoas atendidas / unidade	200
- Prestar auxílio a pessoas carentes, fornecendo: auxílio funeral, lentes e armações, telhas e madeiras, fotografias para documentação, prótese dentária, passagens rodoviárias, leite em pó, suplementos alimentares	pessoas carentes atendidas / unidade	500

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 036 Nº 741
Prefeitura Municipal de Lajes
Estado de Piauí

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programas: 0009 – Programa de Ação Social 0010 – Programa de Assistência à Infância e Adolescência	Produto / Unidade de Medida	Meta
- Desenvolver a política de assistência social á população carente, com atendimento à criança, jovens, adultos e idosos	pessoas atendidas / unidade	4.000
- Promover a participação de entidades não governamentais, em programas de prevenção e atendimentos especializados a crianças e adolescentes	atend. especializados realizados / unidade	300
- Manter a Casa de Passagem no CAIC	crianças beneficiadas / unidade	200
- Construir Casa de Passagem	crianças beneficiadas / unidade	200
- Implantar programas sociais nos centros sociais rurais	pessoas beneficiadas / unidade	200
- Construir Sede para o Conselho Tutelar	prédio construído / m²	150
- Manter e apoiar o Clube de Mães	mães beneficiadas / unidade	20
- Manter o condomínio da 3ª idade – Renascer na Terceira Idade	pessoas idosas atendidas / unidade	40
- Construir centro de convivência para idosos	área social construída / m²	200
- Adquirir equipamentos para o grupo da 3. idade	equipamentos adquiridos / unidade	diversos
- Construir centro de convivência para menores	centro de convivência / m²	200
- Adquirir veículos automotores para a área social	veículo adquirido / unidade	02
- Prestar apoio às ações desenvolvidas pelo Fundo da Infância e Adolescência	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Prestar apoio às ações desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Manter os Centros de Apoio às Crianças e Adolescentes	crianças e adolescentes atendidos / unidade	25
- Construir o Centro de Atendimento a Cursos Profissionalizantes		
- Desenvolver programas de atendimento às necessidades de crianças e adolescentes carentes de 0 a 14 anos, visando à sua integração na sociedade	programas sociais / programas	01
- Prestar apoio às ações desenvolvidas pelo Conselho de Direitos da Criança e Adolescência	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Prestar apoio às ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Prestar apoio às ações desenvolvidas pelo Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Desenvolver programa de combate à desnutrição de crianças	crianças desnutridas / unidade	200
- Subvencionar entidades privadas sem fins lucrativos	entidades subvencionadas / unidade	10
- Ampliar o atendimento na Casa Psicossocial	pessoas atendidas	50
- Manter programas sociais: Ação Continuada, Atenção à Criança Carente	crianças atendidas / unidade	200
- Prestar apoio as ações desenvolvidas pelo COMAD - Conselho Municipal Anti Drogas	programas sociais	não mensurável
- Prestar apoio as ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal da Mulher	programas sociais	não mensurável

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 037 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0011 – Programa de Previdência Social a Inativos e Pensionistas	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver programas e ações voltadas para amparo e assistência aos segurados e seus beneficiários, vinculados ao sistema próprio de previdência**		
- Viabilizar os pagamentos de despesas com inativos	servidores inativos beneficiados / unidade	200
- Viabilizar os pagamentos de despesas com pensões	pensionistas beneficiados / unidade	100
- Viabilizar as ações do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa	atividades administrativas e financeiras	não mensurável

Programas: 0012 – Programa de Atendimento Geral à Saúde	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver programas voltados para a consecução dos objetivos de governo que visam a melhoria do nível de saúde da população com ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde.**		
- Planejar, avaliar, controlar e desenvolver a política municipal de saúde do Município	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Manter as unidades de atendimento da área de saúde no Municipio	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Gerenciar o Sistema Único de Saúde, viabilizando o Plano Municipal de Saúde	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Efetivar convênio com SUS, visando o atendimento integral de saúde no Municipio	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Realizar acordos e convênios com hospitais, visando disponibilizar leitos gratuitos à população carente	população beneficiada / unidade	3.000
- Realizar convênios e/ou contratos com entidades públicas ou privadas, para viabilizar recursos para área da saúde	convênios / contratos viabilizados / convênios	diversos
- Participar de Consórcios de Saúde com Municipios	melhoria da área de saúde / consórcio	01
- Proporcionar condições de funcionamento ao Fundo Municipal de Saúde	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Prestar apoio ao Conselho Municipal de Saúde, bem como ao Conselho Regional	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Participar da integração das ações de saúde da Regional de Saúde	ações de saúde integradas / unidade	01
- Viabilizar consultas médicas especializadas	pessoas enfermas beneficiadas / unidade	2.000
- Realizar exames médico-odontológicos	pacientes / unidade	3.000
- Dar encaminhamento às consultas médicas especializadas não disponiveis no Municipio	pacientes / unidade	20.000
- Prestar atendimento odontológico especializado	pacientes atendidos / unidade	5.000
- Implantar o laboratório Básico Municipal	laboratório implantado / m²	200

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 038 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programas: 0012 – Programa de Atendimento Geral à Saúde	Produto / Unidade de Medida	Meta
- Fornecer medicamentos básicos para a população carente atendida no pronto atendimento	pessoas carentes atendidas / unidade	5.000
- Realizar coleta de dados para estudos epidemiológicos de doenças		
- Realizar programas e campanhas preventivos e educativos de saúde à população	campanhas de saúde / campanhas	03
- Prestar atendimento básico de enfermagem	pessoas atendidas / unidade	3.000
- Participar de campanhas de vacinação	erradicação de doenças / unidade	05
- Realizar o transporte de urgência e de emergência, através de ambulâncias	enfermos transportados / unidade	2.000
- Prestar apoio na realização de exames psicotécnicos, visando a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação	futuros motoristas beneficiados / unidade	500
- Implantar e implementar programas na área da saúde	programas de saúde implantados / unidade	05
- Construir postos de saúde	postos de saúde construídos / m²	300
- Construir clínicas odontológicas	clínicas construídas / m²	250
- Reformar e ampliar postos de saúde	postos de saúde reformados / m²	400
- Reformar e ampliar clínicas odontológicas	clínicas odontológicas reformadas / m²	200
- Adquirir unidade móvel odontológica	veículo adquirido / unidade	01
- Manter o almoxarifado do setor de saúde	almoxarifado mantido / unidade	01
- Reformar, ampliar o almoxarifado do setor de saúde	almoxarifado reformado / m²	150
- Reequipar os postos de saúde e as clínicas odontológicas	aquisição de equip. de saúde/ equipamentos	diversos
- Construção de Unidade Hospitalar Municipal	ampliar oferta de vagas hospitalares / leitos	100
- Implantar o sistema de atendimento na saúde 18 horas/dia	ampliar horário de atendimento	18 horas/dia
- Implantar o posto de coleta de leite Materno	mães beneficiadas / unidade	2.000
- Realizar cirurgias bucais através de convênio com A.B.O de São José dos Pinhais	pessoas beneficiadas / cirurgias realizadas	30
- Realizar a vigilância sanitária, inclusive nos estabelecimentos comerciais	população beneficiada / unidade	20.000
- Adquirir ambulâncias	veículos adquiridos / unidade	05
- Adquirir produtos farmacêuticos	remédios adquiridos / unidade	diversos
- Realizar campanhas educativas na área de saúde e odontologia	conscientização da população / campanhas	04
- Realizar ações de prevenção e combate às doenças transmissíveis	prevenção de doenças	global
- Realizar campanhas orientadas para a redução da morbi-mortalidade infantil	redução da mortalidade infantil / campanhas	02
- Construir Clínica Odontológica na comunidade de Passa Dois	Construção	01
- Construir Posto de Saúde na comunidade de Passa Dois	Construção	01
- Construção de Mini Posto de saúde e/ou centro comunitário rural na localidade de Canoeiro	Convênios	01

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 039 Nº 741
Prefeitura Municipal de Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0013 – Programa de Geração de Emprego e Renda	**Produto / Unidade de Medida**	**Meta**
Objetivos: **Desenvolver ações que visam a orientação, colocação e integração da mão-de-obra no processo produtivo.**		
- Efetuar convênios com entidades governamentais e não-governamentais voltadas à realização de atividades que visem a qualificação e a capacitação de mão-de-obra - Realizar cursos de capacitação profissional - Desenvolver atividades voltadas para a geração de emprego e renda	pessoas qualificadas e capacitadas / unidade pessoas beneficiadas / unidade trabalhadores beneficiados / unidade	10.000 500 500

Programas: 0014 – Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental **0015 – Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil** **0016 – Programa de Desenvolvimento da Educação Especial** **0017 – Programa de Transporte Escolar** **0018 – Programa de Apoio aos Estudantes**	**Produto / Unidade de Medida**	**Meta**
Objetivos: **Desenvolver ações voltadas à formação intelectual, moral, cívica e profissional do homem, visando sua preparação para o exercício consciente da cidadania e habilitação para uma participação eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social; difundir a educação como ação transformadora, voltada à formação do indivíduo de maneira integral e totalizadora, fazendo-o exercer conscientemente seu papel na sociedade.**		
- Desenvolver projetos voltados para a área educacional, tais como: Projeto Espelho Mágico, Projeto Jovem Cidadão, Projeto Parcerias, Projeto CAIC – Verde, Projeto de Informática, Projeto Visitas às Indústrias da Região, Projeto Oratória, Projeto Jardinagem, Projeto Amplie seu Horizonte – Gosto pela Leitura, Projeto Salas Ambientais / Individuais, entre outros - Construir centros de educação infantil - Construir unidades escolares - Ampliar e reformar unidades escolares - Equipar as unidades escolares - Ampliar o efetivo de pessoal para atendimento da manutenção dos centros de educação infantil Convênio Fundação Hugo Simas – Cipa –Educação	atividades educacionais espaços escolares construídos / m² escolas construídas / m² escolas ampliadas / m² escolas equipadas / equipamentos admissão de pessoal / unidade	não mensurável 200 300 400 diversos 30

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 040 Nº 741
Prefeitura Municipal de Tapejara
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programas: 0014 – Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental 0015 – Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil 0016 – Programa de Desenvolvimento da Educação Especial 0017 – Programa de Transporte Escolar 0018 – Programa de Apoio aos Estudantes	Produto / Unidade de Medida	Meta
- Ampliar o quadro de pessoal para atendimento do crescimento da demanda	admissão de pessoal / unidade	50
- Celebrar convênios com entidades governamentais e não-governamentais, visando a obtenção de recursos para a concretização de projetos voltados à educação	convênios celebrados / unidade	diversos
- Manter o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Construir bibliotecas escolares	bibliotecas construidas / m²	200
- Manter e equipar as bibliotecas escolares	alunos beneficiados / unidade	1.200
- Adquirir livros para aumento do acervo das bibliotecas escolares	livros adquiridos / unidade	diversos
- Realizar atividades na alfabetização de jovens e adultos	jovens e adultos alfabetizados / unidade	500
- Adquirir ônibus para ampliar a frota do transporte escolar	ônibus adquirido / unidade	02
- Adquirir veículos para suporte administrativo das ações educacionais	veículos adquiridos / unidade	02
- Manter a educação infantil	atividades didáticas	não mensurável
- Adquirir, processar e distribuir a merenda escolar	alunos alimentados / unidade	2.000
- Manter a rede municipal de creches	crianças beneficiadas / unidade	1.500
- Construir creches	creches construídas / m²	300
- Readaptar edificações para instalação de centro de educação especial	edificação readaptada / m²	350
- Manter o Centro de Atendimento à Criança – CAIC	atividades administrativas e escolares	não mensurável
- Construir unidades escolares de ensino profissionalizante	unidades profissionalizantes construidas / m²	200
- Construir quadras poliesportivas nas escolas municipais	quadras construidas / m²	300
- Informatizar os serviços do ensino fundamental	serviço escolar informatizado / sistema	01
- Conceder bolsas de estudo a alunos carentes	alunos carentes beneficiados / unidade	1.500
- Atender as necessidades de recursos fisicos, humanos e didáticos-pedagógicos das unidades escolares	atividades administrativas e escolares	não mensurável
- Equipar as unidades escolares na área de informática	escola equipada na área de informática / sistema	01
- Oferecer assistência médica, alimentar e educacional às crianças de 0 a 4 anos	crianças assistidas / unidade	1.500
- Promover eventos esportivos escolares	eventos promovidos / unidade	diversos

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 041 Nº 741
Prefeitura Municipal de Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programas: 0014 – Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental 0015 – Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil 0016 – Programa de Desenvolvimento da Educação Especial 0017 – Programa de Transporte Escolar 0018 – Programa de Apoio aos Estudantes	**Produto / Unidade de Medida**	**Meta**
- Viabilizar eventos esportivos inter-escolares	eventos escolares realizados / unidade	diversos
- Subsidiar o transporte escolar para estudantes universitários, alunos de pré-vestibulares e de cursos técnicos e profissionalizantes	alunos beneficiados / unidade	1.000
- Implantar curso normal superior	curso implantado / curso	01
- Buscar parcerias para a implantação de cursos superiores	cursos superiores implantados / cursos	02
- Desenvolver sistema de avaliação de desempenho dos profissionais da área de educação, considerando resultados e produtividade	profissionais de educação avallados / sistema	100
- Implantar internet nas escolas municipais	alunos beneficiados / unidade	1.500
- Desenvolver programas para diminuição da evasão escolar	alunos beneficiados / unidade	1.500
- Implantar o programa de educação de jovens e adultos, buscando a redução dos índices de analfabetismo	educar jovens e adultos / unidade	500
- Desenvolver projetos suplementares para alunos com dificuldades de aprendizagem e com problemas comportamentais	alunos beneficiados / unidade	400
- Elaboração do Plano Municipal de Educação	programas educacionais	não mensurável
- Desenvolver projetos de Educação Ambiental que visem a conscientização da importância da preservação do meio ambiente e ações concretas em relação a qualidade da água, uso de agrotóxicos e manejo do solo	educação ambiental	não mensurável
- Realizar congressos, seminários e cursos de capacitação para formação continua e permanente dos professores	profissionais de educação	não mensurável
- Implantação hora-atividade para os profissionais de educação, previsto no Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 1405, de 30/06/98	professores ensino fundamental	320

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 042 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0019 – Programa de Apoio à Cultura	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações que visam o desenvolvimento, a difusão e a preservação do conhecimento; difusão a cultura para todas as camadas da população, com o cultivo e o desenvolvimento das artes e atividades literárias.**		
- Proceder à reativação da Casa da Música, através da adequação do imóvel com reparos e pinturas	restauração da Casa da Música / m²	250
- Adquirir instrumentos musicais para a Casa da Música	instrumentos adquiridos / unidade	20
- Aumentar o acervo da Biblioteca Pública Lapeana	livros adquiridos / unidade	40
- Proceder reformas na Casa da Memória – Casa dos Cavalinhos	Casa da Memória restaurada / m²	200
- Readequar e equipar o Centro de Artesanato Aloísio Magalhães – Casa Vermelha	readequar a Casa Vermelha / m²	150
- Executar obras de adaptações no Museu de Armas	Museu de Armas adaptado / m²	200
- Realizar obras de reforma no Theatro São João	teatro reformado / m²	300
- Adquirir equipamentos de som e luzes para o Theatro São João	teatro equipado / unidade	diversos
- Criar o Museu da Memória de Mariental	museu criado / m²	150
- Manter, apoiar e equipar a Banda Municipal João Francisco Mariano	banda mantida e equipada / unidade	diversos
- Manter e apoiar a Congada	ações culturais	diversos
- Organizar o folclore das diversas etnias formadoras da sociedade Lapeana	ações culturais	não mensurável
- Patrocinar e editar livros	pessoas beneficiadas / unidade	100
- Estabelecer o calendário cultural	ações culturais	não mensurável
- Desenvolver atividades culturais, tais como, apresentações teatrais, artes plásticas, dança, literatura, música, artesanato, gastronomia, escultura e folclore	desenvolver atividades culturais	não mensurável
- Realizar oficinas de teatro, dança, literatura, gastronomia, escultura, artesanato	desenvolver atividades culturais	não mensurável
- Realizar concursos de literatura, poesia e fotografia	desenvolver atividades culturais	não mensurável
- Criar o Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Histórico	programas culturais	não mensurável

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 043 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0020 – Programa dos Serviços de Utilidade Pública	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivo: **Desenvolver ações relativas à limpeza de vias públicas, a destinação de lixo, o oferecimento de serviços funerários e iluminação de logradouros públicos.**		
- Proceder à extensão da rede de energia elétrica e iluminação pública na área urbana e rural	população beneficiada / unidade	20.000
- Implantar sistemas diferenciados de iluminação em vias especiais	sistema de iluminação implantado / sistema	01
- Proceder à manutenção da iluminação de vias e avenidas	manutenção da iluminação realizada / sistema	01
- Efetuar a conservação e limpeza das vias urbanas	vias urbanas asseadas / unidade	diversas
- Manter o programa de limpeza pública	coleta de lixo / tonelada	20 ton/mês
- Estruturar local para destinação final do lixo – doméstico e hospitalar	local adequado para deposição final do lixo	-
- Manter e ampliar a coleta de lixo – doméstica e hospitalar	coleta de lixo / tonelada	20 ton/ mês
- Efetuar a coleta seletiva de lixo	coleta de lixo / tonelada	10 ton/mês
- Ampliar a capacidade dos cemitérios municipais	criação de vagas / unidade	10
- Efetuar melhorias nos cemitérios municipais	cemitérios conservados / unidade	02
- Proceder à manutenção dos cemitérios municipais	cemitérios mantidos / unidade	02
- Construir ossários	criação de novas vagas / unidade	10

Programa: 0021 – Programa de Planejamento Urbano	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações voltadas ao planejamento e a organização da cidade, através de projetos, programas e planos de natureza urbana, observando os parâmetros estabelecidos pelo Estatuto das Cidades – Lei Federal 10.257/01.**		
- Reavaliar o Plano Diretor da Cidade da Lapa.	plano diretor reavaliado / unidade	01
- Conformar o planejamento da Cidade da Lapa às diretrizes do planejamento regional, estadual e nacional	planejamento efetivado / unidade	01
- Realizar estudos do impacto da aplicação da Lei n. 10.257/01, no Município	estudos realizados / unidade	05
- Executar o planejamento integrado no desenvolvimento do Município	planejamento executado / unidade	01
- Desenvolver ações de reavaliação da Lei de Zoneamento e Uso do Solo, do Código de Postura e Obras do Município	lei de zoneamento reavaliada / unidade	01
- Elaborar estudos para crescimento efetivo e orgânico do Município	estudos elaborados / unidade	02

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 044 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programas: 0022 – Programa de Obras e Serviços Urbanos 0028 – Programa de Conservação e Manutenção de Vias	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: Desenvolver ações de manutenção da infra-estrutura rodoviária, dando condições normais de trafegabilidade, além da realização de obras e dos serviços urbanos, visando à melhoria da infra-estrutura urbana e rural do Município; desenvolver ações de planejamento, desapropriação, implantação de infra-estrutura rodoviária, construção, pavimentação, mudança de traçado de ruas e avenidas, compreendida a fiscalização e o controle da execução quando a cargo de terceiros.		
- Elaborar projetos de obras públicas a serem efetivadas no Município	projetos executados / unidade	02
- Adquirir máquinas e equipamentos pesados	máquinas pesadas adquiridas / unidade	diversas
- Efetuar a construção de pontes e pontilhões em ruas, avenidas e estradas vicinais	pontes e pontilhões construídos / m²	400
- Efetuar a conservação de pontes e pontilhões em ruas, avenidas e estradas vicinais	pontes e pontilhões conservados / unidade	500
- Proceder à abertura de ruas e avenidas	ruas e avenidas abertas / unidade	10
- Realizar obras de melhorias em ruas e avenidas	ruas e avenidas conservadas / unidade	15
- Readequar as estradas rurais	estradas readequadas / unidade	20
- Readequar as vias que servem às linhas do transporte coletivo	vias readequadas / unidade	10
- Implantar ciclovias	ciclovia implantada / unidade	02
- Realizar os serviços de detonação de pedreiras	pedras retiradas / toneladas	2.000
- Implantar rede de água tratada em comunidades rurais	rede de água implantada / unidade	02
- Construir calçamento em vias urbanas	vias urbanas calçadas / unidade	10
- Manter, ampliar e fiscalizar a construção de calçamento em vias urbanas	áreas de lazer implantadas / m²	300
- Implantar parques, praças e outras áreas de lazer	logradouros públicos arborizados / unidade	05
- Desenvolver projetos de paisagismo e arborização	malha viária conservada / ruas e avenidas	10
- Executar a conservação da malha viária rural e urbana	estradas revestidas / unidade	20
- Executar serviços de revestimento primário, patrolamento, drenagem nas estradas municipais	estradas municipais conservadas / unidade	10
- Realizar aterros para conformação de estradas municipais	sinalização implantada / sistema	01
- Executar obras de sinalização horizontal, vertical e semafórica	lombadas implantadas / unidades	02
- Implantar lombadas eletrônicas	terminal rodoviário mantido / m²	300
- Manter o Terminal Rodoviário	estradas vicinais conservadas / unidade	12
- Realizar a conservação e adaptações de estradas vicinais	vias e logradouros readequados / unidade	10
- Desapropriar terrenos para readequação, alargamento e abertura de novas vias e logradouros públicos	veículos consertados / unidade	30
- Realizar os serviços de mecânica leve e pesada	fábrica implantada / unidade	01
- Instalaa fábrica de manilhas	terminal rodoviário reformado / m²	250
- Construir e reformar abrigos e demais adequações no Terminal Rodoviário	pav. comunitária efetuada / ruas e avenidas	10
- Desenvolver Plano Comunitário de pavimentação de ruas e avenidas	pavimentação efetuada / ruas e avenidas	05
- Realizar ações de pavimentação de ruas e avenidas	galerias implantadas / vias urbanas	Diversas
- Efetuar drenagens e limpezas nas galerias pluviais e nas valas existentes nas vias publicas	esgotamento sanitário implantado / sistema	01
- Implantar rede de esgotamento sanitário em diversos bairros	Cabeceira/bueiro	Diversas
- Construir cabeceiras de concreto em bueiros das estradas rurais		

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 045 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0023 – Programa de Proteção ao Meio Ambiente	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações para a proteção dos recursos naturais e de controle da poluição ambiental**		
- Identificar as principais fontes de poluição ao meio ambiente	controle ambiental / estudos	diversos
- Realizar campanhas para a conscientização da população quanto à preservação do meio ambiente	campanhas realizadas / unidade	05
- Disciplinar o uso do solo, evitando ocupação de áreas sujeitas a erosão	áreas preservadas / unidade	10
- Realizar a arborização e a canalização de rios e córregos, para evitar erosão	rios e córregos canalizados / unidade	12
- Monitorar os indicadores de poluição	poluição controlada / estudos	diversos
- Construir abastecedouros comunitários, para a destinação final dos recipientes de agrotóxicos	abastecedouros construidos / unidade	05
- Manter os serviços do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Conservação Florestal	atividades administrativas	não mensurável
- Desenvolver programas nas áreas de conservação e proteção ambiental, educação ambiental, prevenção e combate aos incêndios florestais	programas ambientais desenvolv. / programas	05
- Criar grupos de combate a incêndios	grupos criados / unidade	01

Programa: 0024 – Habitação	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações voltadas para a promoção, incentivo , apoio e execução da política habitacional do Município.**		
- Executar a política municipal de desapropriação de imóveis para o assentamento de famílias	famílias assentadas / unidade	10
- Prestar suporte e apoio aos programas habitacionais para a população de baixa renda	população beneficiada / unidade	1.000
- Viabilizar em colaboração com a Cohapar, a implantação de programas de habitação popular e de lotes urbanizados	programas habitacionais implantados / unidade	02
- Relocar as famílias, retirando-as das áreas de preservação ambiental	famílias beneficiadas / unidade	20
- Efetuar urbanização de lotes	lotes urbanizados / unidade	50
- Regularizar a documentação de loteamentos	lotes regularizados documentalmente / lotes	100
- Proceder à revitalização com paisagismo em áreas de fundos de vales	áreas revitalizadas / áreas	05
- Construir casas populares rurais e urbanas	população beneficiada / casas populares	50
- Realizar alienação de bens imóveis, para desenvolvimento do programa de habitação	programas habitacionais desenvolv. / unidade	04
- Participar da implantação de Vilas Rurais	vilas rurais implantadas / unidade	01

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 046 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0025 – Saneamento	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações voltadas para o abastecimento de água com qualidade, a destinação final dos esgotos domésticos e dos dejetos industriais e de melhoria das condições sanitárias da população.**		
- Proceder à ampliação da rede de abastecimento de água	rede de água ampliada / rede	01
- Firmar convênio com a Sanepar para proceder à ampliação da rede de abastecimento de água	convênio firmado / unidade	01
- Implantar e manter a rede coletora de esgotos	rede coletora de esgoto implantada / rede	01
- Viabilizar novas estações de tratamento de esgotos	estações de tratamento de esgoto / estações	02
- Realizar a limpeza de fossas domiciliares e dos equipamentos públicos	fossas limpas / unidade	10
- Monitorar as condições do saneamento básico	saneamento básico monitorado / unidade	02

Programa: 0026 – Programa de Promoção da Agricultura	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações de promoção da agropecuária, objetivando o desenvolvimento da produção vegetal, animal e do abastecimento**		
- Proceder à manutenção do Horto Municipal, com a distribuição de mudas e sementes de árvores	sementes e mudas distribuídas / unidade	300
- Construir o centro de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros	centro de hortifrutigranjeiros / m²	200
- Implantar o abastecimento através de feiras, mercados e do Ceasa	abastecimento implantado / unidade	01
- Manter o Armazém da Família	famílias beneficiadas / unidade	200
- Implantar novos Mercados Populares	mercados populares implantados / unidade	02
- Realizar convênios na área de extensão rural	convênios firmados / unidade	02
- incentivar as ações na área da piscicultura	piscicultores beneficiados / unidade	200
- Incentivar a comercialização de produtos artesanais do Município, em Municípios vizinhos	produtores artesanais beneficiados / unidade	400
- Estimular e incentivar a melhoria do rebanho, subsidiando a aquisição de sêmen e /ou embriões	Programas	Diversos
- Realizar convênios na área de extensão rural, no sentido de trazer recursos para a aquisição, pelos pequenos e micros agricultores, de máquinas de tração animal	Convênios	Diversos

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 047 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0026 – Programa de Promoção da Agricultura	Produto / Unidade de Medida	Meta
- Expedir certificados a produtos artesanais	produtores beneficiados / unidade	200
- Executar projetos específicos na produção, transformação, manipulação, distribuição e acondicionamento de alimentos	produtores beneficiados / unidade	300
- Incentivar os produtores e empreendedores rurais, visando o desenvolvimento da área rural	produtores rurais beneficiados / unidade	200
- Apoiar, incentivar e organizar a realização de feiras e exposições	feiras e eventos realizados / unidade	02
- Reestruturar o Parque de Eventos, com obras gerais de manutenção, reforma e adaptações	parque reestruturado / unidade	01
- Realizar a perfuração de poços artesianos, sendo que um deles deverá beneficiar a comunidade de Santos Reis-Carqueja	poços artesianos perfurados	03
- Subsidiar o transporte de calcário da mina até a propriedade produtiva	subsidio	40.000 t.
- Aquisição de patrulhas agrícolas mecanizadas	Convênios	Diversas

Programa: 0027 – Programa de Promoção da Indústria, Comércio e Serviços	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações de promoção das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços**		
- Executar serviços de infra-estrutura física para implantação de novas empresas no Município	empresas beneficiadas / unidade	05
- Executar programas para a redução de custos, visando a atração de novos empreendimentos econômicos no Município	atração de novos empreendimentos / unidade	10
- Estimular a criação de ações associativas	intensificar associativismo / unidade	05
- Integrar o Município a nível econômico com os países do Mercosul	integração obtida / unidade	01
- Desapropriar terrenos para instalação de novas indústrias	terrenos desapropriados / m²	500
- Coordenar programas de incentivos a instalação de novas indústrias, comércios e prestadores de serviços no município	novos empreendedores / unidade	10
- Incentivar o aproveitamento da mão-de-obra existente no Município nos novos empreendimentos	trabalhadores locais aproveitados / unidade	300
- Subvencionar a Companhia de Desenvolvimento da Lapa – COMLAPA	empresa subvencionada / unidade	01
- Promover a Feira Agroindustrial da Lapa, no Parque de Eventos, com a realização do Rodeio de Integração	feira agroindustrial realizada / unidade	01

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 048 N° 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI N° 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0029 – Programa de Promoção do Esporte, Lazer e Turismo	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações na área de esportes, da recreação e das aptidões físicas do indivíduo; planejamento e divulgação dos atrativos turísticos, visando o fortalecimento do turismo.**		
- Promover eventos esportivos e culturais com a comunidade	eventos promovidos / unidade	10
- Realizar torneios esportivos inter-escolares	torneios realizados / unidade	05
- Construir quadras de esportes para incentivar o esporte amador	esportistas amadores incentivados / unidade	100
- Construir pistas de atletismo, incentivando o esporte amador	esportistas amadores incentivados / unidade	200
- Instalar postos de informações turísticas	turistas informados / unidade	2.000
- Implantar sinalização turística	turistas informados / unidade	2.000
- Viabilizar o turismo rural	turismo viabilizado / unidade	01
- Elaborar o Plano Municipal de desenvolvimento sustentável do turismo	plano de turismo elaborado / unidade	01
- Incentivar ações na área turística	turismo incentivado / unidade	01
- Desenvolver o programa de marketing do Município na divulgação do turismo municipal	programa de markentig turístico / unidade	01
- Desenvolver ações para a revitalização do Parque Estadual do Monge	parque revitalizado / unidade	01
- Realizar o circuito interno de pedestrianismo "João Gustavo Assumpção"	incentivo a atletas / unidade	100
- Realizar a corrida rústica "XIII de Junho"	incentivo a atletas/ unidade	100
- Promover a prova Cross Country "Gervázio Ramim", no Parque Estadual do Monge	incentivo a atletas / unidade	100
- Promover em conjunto com a Liga Desportiva da Lapa, a Copa Interior de Futebol	copa de futebol realizada / unidade	01
- Realizar os jogos escolares do Município da Lapa	jogos realizados / unidade	01
- Realizar em parceria com o Paraná Esporte, o projeto "Piá Bom de Bola"	projeto desenvolvido / unidade	01
- Realizar os jogos da juventude, no aniversário da cidade	jogos realizados / unidade	01
- Promover os jogos Interclubes da Lapa	jogos promovidos / unidade	01
- Realizar os eventos de Ruas do Lazer	população beneficiada / unidade	1.500
- Realizar a colônia de férias em parceria com 15° GAC AP	colônia de férias realizada / unidade	02
- Realizar passeios ciclísticos turísticos	passeios realizados / unidade	05
- Regulamentar a Lei de criação da Fundação de Esportes do Município da Lapa	atividades administrativas e financeiras	não mensurável
- Desenvolver programas de incentivo aos Talentos Esportivo	esportistas incentivados / unidade	100
- Criar o calendário desportivo para o Município da Lapa	calendário consolidado / unidade	01
- Ampliar e concluir as obras da quadra poliesportiva Raul Siqueira	quadra poli-esportiva concluída / unidade	01

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 049 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 0029 – Programa de Promoção do Esporte, Lazer e Turismo	Produto / Unidade de Medida	Meta
- Realizar obras de melhorias no Centro Esportivo	centro esportivo revitalizado / m²	150
- Realizar obras de melhorias na Praça Esportiva Elisio de Jesus	praça revitalizada / unidade	01
- Construir pista de skate na área central	pista de skate construida / unidade	01
- Apoiar as associações de interior, visando a adequação dos campos de futebol	campos de futebol revitalizados / unidade	05
- Realizar obras de recreação e lazer nos bairros	obras de recreação realizadas / unidade	10
- Montar o laboratório de fisiologia de esforço, reabilitação motora, biomecânica e de cineantropometria	laboratório estruturado / unidade	01
- Construir ginásio de esportes com capacidade para entre 3000 e 5000 pessoas	ginásio de esportes construído / m²	1.500
- Equipar o setor de esporte e lazer	setor de esportes equipado / unidade	01
- Adquirir veículos para desenvolvimento dos trabalhos	veiculo adquirido / unidade	01
- Adquirir ônibus para o transporte de equipes esportivas, que representem o Município em eventos esportivos	ônibus adquiridos / unidade	01
- Desenvolver ações voltadas ao lazer nas comunidades do interior	comunidades atendidas / unidade	diversas
- Construir canchas de futebol de areia no interior do Município	Programas	06

Programa: 0030 – Programa de Desenvolvimento Integrado	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Desenvolver ações e programas de caráter integrado e de infra-estrutura, visando à promoção do desenvolvimento integrado do Município.**		
- Buscar integração com os demais Municipios componentes da Região	integração de regiões	não mensurável
- Propor soluções aos problemas comuns dos Municípios da Região	discussão de problemas comuns	não mensurável
- Propor projetos e programas de interesse do Municipio, visando a captação de recursos	projetos e programas propostos	diversos
- Buscar financiamento às ações de desenvolvimento integrado	buscar o desenvolvimento integrado	não mensurável
- Desenvolver ações, projetos através de Operações de Crédito especificas para investimentos em programas de infra-estrutura	captação de recursos	não mensurável
- Viabilizar terreno visando a edificação do Fórum	terreno viabilizado / unidade	01
- Realizar estudos para a aquisição de 02 estações para a reativação da Maria Fumaça	estudos realizados / unidade	01

ANO XLI BOLETIM OFICIAL - 050 Nº 741
Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

LEI Nº 1632, DE 10.07.2002
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2003
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa: 9999 – Reserva de Contingência	Produto / Unidade de Medida	Meta
Objetivos: **Atender ao disposto no art. 5°, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.**		
- Constitui recurso para abertura de créditos adicionais	despesas operacionais e administrativas	não mensurável
- Destinação de montante de Reserva de Contingência, com base na Receita Corrente Liquida, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias	despesas operacionais e administrativas	não mensurável
- Destinado a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisto	despesas operacionais e administrativas	não mensurável